

30º Encontro Anual da ANPOCS

Caxambu, 24 a 28 de outubro de 2006

GT 23 : Sociologia econômica

A qualificação das transações econômicas: aportes e limites da contribuição de Karl Polanyi.

Eric P. Sabourin, Cirad, UnB

sabourin@cirad.fr

Resumo: A difusão do modelo neoliberal conduziu a assimilar todos os mercados ao mercado do intercâmbio capitalista. Entretanto, há sessenta anos, Karl Polanyi identificou três modos diferentes de alocação dos recursos: a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio mercantil, cada um podendo gerar formas específicas de mercado. A partir dessa contribuição pioneira, a Nova Sociologia Econômica admite a pluralidade dos mercados, em particular por meio da sua inserção nas relações sociais (*embeddedness*), enquanto autores analisando atividades reunidas na terminologia de economia solidária, já admitem a pluralidade das formas de economia. A comunicação examina práticas econômicas geralmente qualificadas de não mercantis, no marco de um estudo comparativo entre Brasil, Senegal e países da Europa. As prestações estudadas vão do auto-consumo ao trabalho gratuito, passando pela ajuda mútua, a redistribuição de produtos e de fatores de produção ou ainda as transações em feiras e mercados de proximidade que não seguem as regras do intercâmbio capitalista. Os resultados levam a qualificar melhor a noção de relação não mercantil e a precisar categorias mais adaptadas à realidade estudada, a partir de uma análise dos aportes e limites das propostas de Polanyi.

Introdução

Um dos aportes mais relevantes da obra de Karl Polanyi (1944, 1957, 1975) foi ter identificado três sistemas econômicos diferentes, capazes de gerar formas de mercado diferenciadas: a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio.

A expansão mundial do modelo neoliberal conduziu rapidamente a assimilar os diferentes tipos de mercados ao único mercado do intercâmbio capitalista e a contribuição de Polanyi foi esquecida até que a Nova Sociologia Econômica (NSE) reconheça a pluralidade dos mercados, em particular por meio da sua inserção nas relações sociais (*embeddedness*). Mas as propostas da maioria dos herdeiros de Polanyi, autores da NSE ou promotores da noção de economia solidária, se deparam com dificuldades e limites para explicar a origem e os mecanismos de reprodução dessas dinâmicas de inserção.

O objetivo dessa comunicação é contribuir para a qualificação das transações econômicas a partir do aprofundamento da diferenciação e da interação entre práticas de reciprocidade e de redistribuição e relações de intercâmbio, em particular de intercâmbio mercantil. O texto analisa relações econômicas e sociais atuais em sociedades rurais do Brasil, Senegal, Mayotte, Nova Caledônia e da Europa a partir dos resultados de um estudo comparativo internacional¹ (Barthélémy, 2003, Groupe Polanyi, 2004, 2006). Baseado nos aportes de Polanyi e de autores tratando da permanência das prestações de reciprocidade e de redistribuição defendendo que a pluralidade das transações econômicas e, entre outras, das formas de mercado, corresponde a uma pluralidade de lógicas e de sistemas econômicos diferenciados, e não apenas a uma diversidade de formas de inserção dos atos econômicos nas estruturas sociais. Essa pluralidade desempenha-se no marco de uma dinâmica de oposição ou de complementaridade entre prestações reguladas pela redistribuição, pela reciprocidade ou pelo intercâmbio mercantil.

A primeira parte trata dos aportes e limites da obra de Polanyi e do interesse da teoria da reciprocidade (Godbout, 2004; Temple, 1997, 2004; Anspach, 2001) para prolongar suas propostas. A segunda, a partir de diversos exemplos nas atividades de produção e comercialização na agricultura, ilustra a natureza dialética da relação entre economia de intercâmbio e economia de reciprocidade. A terceira parte examina as diferenças e proximidades da teoria da reciprocidade com outras teorias inspiradas por Polanyi, em particular a economia institucional, as convenções e a economia solidária; analisa as dificuldades metodológicas, os limites e as perspectivas dessa proposta.

1. Atualidade e limites da contribuição de Polanyi

Polanyi (1957) propõe uma tipologia dos modos de alocação dos recursos que da conta das diferentes formas de institucionalização do processo econômico na sociedade. Identifica três modos de integração econômica e social, cada um podendo gerar formas específicas de mercado: a reciprocidade é definida como os *movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais simétricos*, a redistribuição como *um movimento de apropriação em direção de um centro e logo de distribuição desse centro para o exterior*; o intercâmbio *corresponde a “movimentos de ida e volta como aqueles existindo no sistema mercantil”*.

Essas três formas coexistem em quase todas as sociedades, mesmo se uma delas pode ser predominante, como o intercâmbio mercantil chegou a predominar no mundo ocidental. Para Polanyi (1944), a reciprocidade supõe uma estrutura de grupos de parentesco simetricamente ordenada. A redistribuição depende da existência de um centro de poder no seio do grupo social. O intercâmbio, como modo de integração social, fundamenta-se na existência de um sistema de mercado de concorrência, criador de preços.

¹ O estudo intitulado “A multifuncionalidade da agricultura como relação entre funções mercantis e não mercantis”, foi realizado na França, Reino Unido, Alemanha, Senegal, Brasil, Nova Caledônia e Mayotte por equipes do Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica - Inra e do Centro Internacional de Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento – Cirad, reunidas no grupo Polanyi (2004, 2006).

Essa contribuição está sendo ainda validada, sessenta anos após sua formulação sendo, sem dúvida, mais importante que as duas outras propostas de Polanyi. A profecia da expansão inexorável do modelo do mercado de intercâmbio auto-regulado não está, felizmente, sendo completamente verificada; pois amplos setores da economia e do comércio, em vários países do mundo, são, ainda, assegurados ou regulados pelo setor público, pelo terceiro setor ou por prestações que não têm a ver com o intercâmbio mercantil. De fato, para Le Velly (2002), “quando descreve os desgastes do mercado autoregulador, Polanyi o faz para insistir nas hipóteses utópicas e irrealistas que o fundamentam” (trad. minha).

Por outra parte, a concepção substantiva da economia (fundada em atividades de subsistência, cf. Polanyi, 1975 *The livelihood of man*) seria hoje dificilmente aplicável, como o analisa Caillé (2005). Pois, a monetarização generalizada das economias pelo mundo reduz as possibilidades de auto-produção e pode pretender apagar a distinção entre economia substantiva e economia formal.

Mesmo assim, a economia política, na sua forma dominante - a teoria neoclássica - reduz ainda a economia a uma economia de mercado de intercâmbio. Diante da resistência dos fatos, as limitações explicativas do modelo neoclássico foram criticadas por diferentes propostas teóricas chamadas de heterodoxas que examinamos mais longe. Algumas invocam a herança da obra de Polanyi, mas quase nenhuma reconhece a coexistência de vários sistemas econômicos. A única perspectiva diferenciada emerge da teoria da reciprocidade e de certas teorias da economia solidária. Por exemplo, Eme *et al.* (1996) identificam, ao lado da economia de mercado capitalista (ou economia mercantil), a economia pública associada à redistribuição de recursos pelo Estado e a economia não mercantil ou não monetária, assimilada ao princípio da reciprocidade². A vertente mais econômica da economia solidária diferencia os projetos e valores dos sujeitos para empreender atividades econômicas³. Chega-se assim a formular a questão de uma diferença, portanto de uma interface possível, entre o sistema de intercâmbio mercantil e de concorrência, o princípio de reciprocidade e o sistema de redistribuição. Eme e Laville (1996) e Laville (1994, 2002) propõem fundar a economia solidária no princípio de hibridação entre essas três formas de economia, em particular mediante os mecanismos de re-inserção dos fatos econômicos no social propostos por Polanyi⁴. Como funciona essa inserção do econômico no social?

Segundo Polanyi (1957) o que distingue a reciprocidade e a redistribuição do intercâmbio depende de códigos morais. Ele fala de uma economia « inserida » (*embedded*) num sistema de valores que se impõem às leis da oferta e da demanda. Esses valores são mobilizados pela iniciativa de cada um no caso da reciprocidade ou podem depender de um centro de referência para todos (rei, igreja, chefe, estado) no caso da redistribuição. Basta, portanto, liberar as transações das suas obrigações para que se tornassem intercâmbios puros. O livre-câmbio emerge assim, progressivamente da reciprocidade mediante a separação de funções

² Para Eme (2002) « a solidariedade realiza-se pela reciprocidade : princípio pelo qual a produção é dada aos outros num espírito de solidariedade, quer dizer no marco de uma relação entre pessoas que tem consciência de uma comunidade de interesses, levando a uma obrigação moral de não faltar aos outros. » (tradução minha)

³ A perspectiva mais economista da economia solidária analisa as diferenças entre as atividades de economia solidária e outras atividades econômicas e sociais pelos motivos dos indivíduos para empreender a atividade. Segundo Eme (2002) são 3 motivos: o *enriquecimento pessoal* pela maximização do lucro, motivo das atividades capitalistas; a *partilha* por meio da redistribuição praticada pelo estado (serviços públicos) ou pelas atividades de proteção de bens e pessoas (seguros das sociedades mutualistas) (tradução minha); a solidariedade realizada pela reciprocidade, motivo que funda as atividades das cooperativas e associações.

⁴ Para Eme, esse enfoque não deixa de colocar um problema. Pois uma empresa privada capitalista pode também beneficiar da hibridação dos recursos: vende sua produção no mercado capitalista (recursos mercantis) ; pode obter subsídios ou vantagens fiscais beneficiando de recursos não mercantis (redistribuição pública); está inserida em redes inter-empresariais ou interpessoais onde circulam informações, saberes....Assim as empresas capitalistas constituem também atividades econômicas com recursos híbridos e não têm nada de solidária (tradução minha).

anteriormente confundidas ao exemplo do fato social total de Mauss (1924). Para Polanyi, as estruturas sociais apenas deixariam de exercer uma influência sobre as transações no caso dos mercados de livre câmbio das economias capitalistas. Mesmo se Polanyi reconhece a existência de sistemas econômicos que não obedecem apenas ao princípio do enriquecimento individual, ele limita a perspectiva dessa descoberta, considerando uma evolução única que ele denuncia, a da generalização do intercâmbio pela extensão do mercado capitalista, na qual tais sistemas apenas corresponderiam a fases primitivas.

Mas o principal problema da teoria de Polanyi e dos seus herdeiros é que não explicam como são produzidos os valores nos quais seriam inseridas as prestações econômicas. São considerados como culturalmente dados. Para Temple (2001), se não se identifica a sua matriz na reciprocidade ou na redistribuição, então eles devem ter uma origem externa a própria reciprocidade: os deuses e gênios para uns, a origem divina do rei para outros, ou ainda a idéia de Lévi-Strauss (1947) da cultura emergindo das formas mais organizadas da vida?

Segundo Temple (1997), esses valores humanos não são dados; devem ser constituídos. Eles são, precisamente, gerados e reproduzidos pela organização dos ciclos de reciprocidade e de redistribuição em estruturas, não apenas sociais, mas, também, econômicas, que ele qualifica de “estruturas de reciprocidade”. Polanyi não chegou a reconhecer na reciprocidade e na redistribuição as estruturas matrizes dos valores simbólicos e, portanto, mal consegue dissociar a reciprocidade de um intercâmbio mútuo. De fato, separando a reciprocidade dos valores que produz, muitas vezes, aparece como uma prestação impossível a diferenciar de um intercâmbio recíproco.

A teoria da reciprocidade: Temple (1995) parte, na origem da constatação da dádiva de Mauss (1924), e pergunta: será que se pode dar gratuitamente, sem razão, sem motivo, apenas por princípio, quer dizer sem reciprocidade? Como Bourdieu (1994) e Caillé (2001) ele constata que a dádiva não é desinteressada, mas motivada, primeiro, pelo interesse pelo outro, pelo reconhecimento da existência do outro como base de pertencimento a uma coletividade humana (“*como a si mesmo*” nos termos da *ipseidade* de Ricoeur, 1990).

Temple (1997, 2004) propõe considerar a reciprocidade como o redobramento de uma ação ou de uma prestação, entre outras, como a reprodução de uma dádiva. Distingue, assim, o intercâmbio (a troca) da reciprocidade: *A operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos*». As prestações de dádiva correspondem ao *fato social total* identificado por Mauss, na medida em que as relações de reciprocidade engajam o ser humano (indivíduo ou grupo) na sua totalidade, tanto do ponto de vista material (econômico) como simbólico e social. É nesse sentido que Temple (1998) identifica e associa a produção de valores humanos às estruturas de reciprocidade e de redistribuição.

As estruturas elementares da reciprocidade: Para Lévi-Strauss (1947) a noção de estrutura designa as diversas maneiras pelas quais o espírito humano constrói valores e sistemas de valores. Mas ele não estabelece uma diferença entre sistemas de intercâmbio e de reciprocidade, porque dentro da sua proposta do intercâmbio generalizado, considera a reciprocidade como uma forma de troca recíproca e simétrica. As estruturas elementares de reciprocidade foram sistematizadas por Temple (1998), que identifica certos dos valores humanos que produzem ou reproduzem.

- *As estruturas de reciprocidade bilateral* correspondem às relações de aliança (matrimônio, compadrio, redes interpessoais, etc.) e de amizade⁵ que se estabelecem entre indivíduos, famílias

⁵ Alain Caillé (2001) usa em francês o belo termo de “*aimance*”, para tratar da amizade ou do amor para os outros em geral, ou como ele diz, para “*nossos irmãos humanos*”.

e grupos. A reciprocidade binária simétrica (*face to face*) produz a amizade. A reciprocidade binária assimétrica produz o prestígio do doador.

- As estruturas de reciprocidade ternária implicam, no mínimo, três partes. A reciprocidade ternária pode ser unilateral: por exemplo, a dádiva entre gerações (relação entre pais e filhos) que produz a responsabilidade. Ela pode ser bilateral, por exemplo, no caso do compartilhamento de recursos comuns, ela produz então a justiça e a confiança. *Quando a estrutura ternária é bilateral ela submete o sentimento de responsabilidade a uma obrigação nova, por exemplo, a obrigação de equilibrar as dádivas que vêm de um lado com aquelas que vão para outro. Na reciprocidade ternária bilateral, aquele que se situa entre dois doadores deve reproduzir a dádiva de um e a do outro de maneira apropriada. Tal preocupação é a mesma da justiça* (Temple, 1998: 241, trad minha).

- Na estrutura da reciprocidade centralizada, as prestações e as decisões são distribuídas por um centro de redistribuição (o chefe, o poder religioso, o patriarca, o rei, o Estado). No caso da reciprocidade ternária centralizada, a confiança torna-se obediência e obrigação ao centro de redistribuição.

Essas estruturas são regidas por normas e regras. Negar essas regras invalida a possibilidade de reprodução dessas estruturas e, portanto, de produção ou de expressão dos valores produzidos⁶. Por exemplo, as estruturas de reciprocidade aplicadas à produção (ajuda mútua, compartilhamento de recursos) geram obviamente valores materiais de uso, mas, também, produzem também valores humanos ou éticos: amizade entre os próximos, responsabilidade entre gerações e perante os recursos naturais, confiança nos modos de redistribuição.

Portanto, as capacidades e os projetos dos indivíduos, das suas sociedades e organizações podem oscilar, dialeticamente, entre duas tendências opostas e ao mesmo tempo, complementares: por um lado, a produção de valores materiais destinados ao intercâmbio para o lucro individual e, pelo outro, a geração de valores éticos associados à produção de valores materiais de uso, destinados ao consumo, a redistribuição ou a reciprocidade generalizada, com é o caso dos mercados tradicionais estudados por Polanyi e seus discípulos (1957).

Por exemplo, a confiança não é oriunda, *a priori*, de uma religião ou de outra, nem de algum patrimônio cultural comunitário, indígena ou camponês. Ela é socialmente produzida por relações econômicas e sociais de reciprocidade, por meio de estruturas específicas de aliança, de ajuda mútua e de compartilhamento de recursos. Se essas estruturas estão também inscritas na tradição da maioria das sociedades, é porque, geralmente, elas são oriundas de antigas civilizações rurais. Mas, agrega Temple (2004), a desagregação desse patrimônio cultural tornando, muitas vezes, essas obrigações facultativas, termina afetando as estruturas de reciprocidade. De fato o intercâmbio mercantil desenvolveu-se amplamente, a tal ponto que a generalização do livre comércio pode aparecer como uma libertação por sociedades dominadas por formas de reciprocidade totalitárias (assimétricas e centralizadas) ou baixo o tributo a pagar aos poderes do centro de redistribuição. Mas simplesmente, as jovens gerações frustradas pela autoridade dos mais velhos, podem sentir-se libertadas de poder acessar diretamente ou facilmente aos mercados de intercâmbio. Mas, junto com o livre comércio aparecem, também e automaticamente, a concorrência, a acumulação, a diferenciação, quando não a exclusão.

⁶ Não se trata tampouco de idealizar o princípio de reciprocidade. Não é objeto desse trabalho, mas existem formas de reciprocidade negativa: vingança, rapto, guerra, etc. Existem, também, processos de alienação próprios às dinâmicas de dádiva e de reciprocidade, que precisam ser criticados, mas, sobretudo, precisam ser caracterizados, porque são de natureza diferente dos processos de exploração da economia de intercâmbio.

2. Reciprocidade vs intercâmbio mercantil nas sociedades rurais

Para ilustrar esse debate, apresento alguns exemplos em vários países a partir dos resultados dos estudos do grupo Polanyi (2004, 2006). Os exemplos brasileiros provem das minhas pesquisas no Nordeste (Sabourin, 2000,2001,2003,2004,2005). As prestações estudadas consideram o autoconsumo, o trabalho gratuito ou de ajuda mutua, a redistribuição de produtos e de fatores de produção, o manejo de recursos comuns e as transações em feiras e mercados de proximidade.

Reciprocidade na produção

Nos territórios periféricos dos estados europeus, existem tensões por conta do descompasso entre políticas agrícolas fundadas na integração ao mercado de intercâmbio e a realidade dos sistemas de atividades diversificados baseados no manejo compartilhado ou até gratuito de recursos comuns: terra, floresta, trabalho...

O caso de *Mayotte*, pequena ilha francesa do Oceano Índico (370 km²) é exemplar. *A atividade agrícola continua sendo uma componente de sistemas de atividades complexos, implementados por grupos sociais e familiares mais ou menos extensos. A atribuição das áreas cultiváveis, num contexto de recursos fundiários raros, depende de processos coletivos de redistribuição e de reciprocidade que, por parte, não relevam do direito comum, mas do direito costumeiro. A atividade agropecuária é realizada de maneira individual ou pelo grupo familiar restrito, mas o produto é redistribuído no seio do grupo familiar extenso e na comunidade local, por meio de dádivas cotidianas ou semanais aos próximos ou em festas religiosas e cerimoniais. Apenas uma pequena parte da produção é objeto de intercâmbios mercantis. A maior parte assegura a manutenção de redes de solidariedade local que vem complementar o manejo do risco econômico e social num contexto de transição para o mercado capitalista e de privatização da terra pelas políticas públicas* (Sourisseau et al, 2004).

A ajuda mútua ou *musada* é associada aos grupos reunindo os membros da aldeia por classes de idade, chamadas de *zikao* (*shikao* no singular).

O shikao é um grupo de ajuda mútua ligado a organização de eventos sociais como o matrimônio, a circuncisão, os funerais e rituais para comemorar os falecidos. É composto de homens ou de mulheres da mesma aldeia e tradicionalmente da mesma classe de idade. O objetivo do grupo é ajudar seus membros para assumir suas obrigações sociais, para manter a tradição (trad minha) (Sourisseau et al., 2004).

A *musada* é um grupo de ajuda mútua mobilizado para os trabalhos agrícolas e a construção das casas. *A musada implica uma participação em trabalho ou, no mínimo, uma presença física para marcar seu envolvimento com o grupo. Se o indivíduo não participa, não poderá, por sua vez, solicitar os seus próximos. Além de uma degradação do seu reconhecimento social, perde seu acesso aos diversos serviços estabelecidos pela vizinhança e a família. A musada é compartilhada em diversas escalas e fortalece o pertencimento à comunidade, ao bairro ou ao grupo familiar. Shikao e musada governam a circulação de uma parte dos produtos e das riquezas e da redistribuição em trabalho, capital, serviços e bens, essencialmente de natureza agrícola* (Sourisseau et al., 2004, trad. minha).

Nesse sentido, a agricultura de Mayotte é ainda essencialmente regida por relações de reciprocidade e nesses processos de reprodução comunitários, as dimensões simbólicas e identitárias das transações e prestações são centrais.

Hoje, uma minoria de agricultores que controla os postos-chaves de um sindicalismo profissional emergente, reivindica de maneira oportunista uma profissionalização da atividade, apoiado por 30 anos de intervenção pública orientada pelo melhoramento das performances técnicas e comerciais. Mas o fracasso repetido para inserir a agricultura Mahoré no mercado capitalista mostra o descompasso dessa proposta com as regras de funcionamento da sociedade local (Barthélemy et al, 2004, trad. minha).

Á diferença de Mayotte, *a Nova Caledônia* teve uma colonização européia de povoamento. Na província Norte a estrutura da produção agropecuária é, portanto, marcada por uma diferenciação herdada da segregação e da apartheid colonial. Ela se manifesta pela permanência de uma agricultura Kanak pouco inserida nos circuitos comerciais organizados pelos poderes públicos e uma agricultura de origem européia amplamente apoiada para abastecer o mercado urbano (Barthélemy et al, 2004). Na agricultura Kanak, as prestações não reguladas pelo intercâmbio existem tanto ao nível da produção (atribuição da terra e manejo coletivo da floresta) como da redistribuição. Esses sistemas são marcados por valores simbólicos fortes, como dádivas mútuas de inhames cerimoniais ou a reciprocidade na dádiva entre produtos do mar e da montanha.

A agricultura “capitalista” européia sobrevive (bem) a custo de múltiplas formas de apoio público: quota por cadeia, preços garantidos, subsídios (Grupo Polanyi, 2004), quer dizer da redistribuição pública. Assim, nos dois casos, a atividade agrícola depende de uma combinação estreita entre intercâmbio mercantil (venda de produtos a intermediários, trabalho assalariado) e prestações de redistribuição e de reciprocidade: redes de solidariedade, reciprocidade inter familiar, promoção de festas em torno de produtos agrícolas identitários, venda direta e mercados de proximidade.

No sul do Senegal, na Casamance, a rizicultura de manguezais dos Diola é fundada na mobilização de grupos de trabalho chamados *ekafay* em Diola. São grupos de jovens da mesma aldeia que oferecem os seus serviços contra uma retribuição coletiva, a maior parte em alimentos e bebidas. Esse sistema leva os agricultores a acumular viveres permitindo o convite da mão de obra indispensável para o cultivo do arroz. O novo sistema de produção Diola, baseado no cultivo do amendoim para o mercado apóia-se sobre essas dinâmicas identitárias coletivas. A degradação do preço do amendoim ligada à aplicação de um programa de ajustamento estrutural levou a repor uma carga insuportável sobre a produção alimentar, em particular o arroz, provocando a sua desestruturação (esgotamento do solo, quebra de diques) e ameaçando a sobrevivência da população Diola (Mercoiret *et al*, 2004). Em reação, assiste-se a uma revitalização das funções que não relevam do intercâmbio mercantil (para consertar e manter os arrozais) por meio do trabalho assalariado dos grupos de trabalho de jovens, principal força de produção dessa sociedade. Mas dessa vez, eles saem para lavrar fora das suas comunidades, a procura de recursos monetários ou como antigamente, com contrapartida em alimentos, na sua própria comunidade. Neste caso, as práticas de intercâmbio mercantil e de redistribuição e reciprocidade local se auto-substituem segundo as fases e as oportunidades de sobrevivência para as comunidades Diola.

No Nordeste semi-árido do Brasil, os sistemas da agricultura familiar, mesmo se historicamente integrados a mercados internacionais ou locais, estão ameaçados pela variabilidade climática e econômica. Frente a esses riscos, inovações institucionais visando a criar ou a manejar recursos comuns, estão sendo implementadas de maneira coletiva pelos agricultores. Trata-se de redes de bancos de sementes entre produtores, de apropriação e gestão de reservatórios de água coletivos e de manejo de pastagens comuns na caatinga (Sabourin 2001, 2003, 2006).

Esses dispositivos de apropriação, de redistribuição ou de repartição coletiva de meios de produção são necessários para uma produção individual ou familiar. Porém, funcionam a partir de relações de ajuda mútua e de compartilhamento de recursos comuns. Tais dispositivos permitem a alocação coletiva de meios de produção por transações não mercantis, mesmo se a produção realiza-se de maneira individual ou familiar e para a venda no mercado.

As formas de ajuda mútua ou mutirão correspondem a, pelo menos, dois tipos de estruturas de reciprocidade (Sabourin, 2004): a *reciprocidade bilateral* quando se trata de uma relação regular entre duas famílias, entre vizinhos ou entre compadres. Nessa estrutura de aliança, o principal sentimento produzido é a amizade. Ela pode ser institucionalizada nas relações de compadrio e apadrinhamento mútuo dos filhos, constituindo uma extensão das relações de parentesco.

O *compartilhamento de trabalho* constitui uma estrutura de reciprocidade ternária específica: cada um dá para a comunidade e recebe dos outros. Além da amizade e da aliança, essa estrutura produz também prestígio quando o donatário retribui a ajuda com comida, bebida ou festa. Uma variante corresponde ao mutirão mobilizando o conjunto dos membros do grupo local ou da comunidade, para tarefas comunitárias, por exemplo, para construir a escola, uma cisterna ou uma estrada cavar ou limpar o açude comunitário. Essa estrutura produz amizade, mas também confiança entre os membros que mais participam. Quem não comparecer perde prestígio e honra.

O manejo compartilhado de recursos comuns: O meio rural brasileiro é rico de práticas de manejo de recursos comuns: as lagoas e rios, a água dos reservatórios comunitários, as pastagens (os *fundos de pasto* na caatinga do Nordeste, os antigos *faxinais* do Paraná ou os *campos gerais* de Minas, Sabourin, 2000) as áreas florestais de extrativismo na Amazônia. Esses sistemas correspondem a uma estrutura de reciprocidade ternária específica, o *compartilhamento*, que gera valores de confiança e de responsabilidade.

Chabal (2005) nota que «*não é tanto o objeto do compartilhamento que importa mas os atos entre os sujeitos atores desse mecanismo*». É, precisamente, um dos problemas com recursos comuns subsidiados ou dados pelo Estado ou por terceiros. Não se compartilha da mesma maneira o que resulta de um trabalho entre pares e aquilo que vem de um centro de redistribuição. Na estrutura de compartilhamento, a práxis interpares ou o fato de depender de um recurso natural limitado, cria um sentimento de pertencimento ao grupo. Chabal (2005) explica «*o compartilhamento procura produzir a união. A palavra expressa isto pelo “nós”, “um para todos e todos para um”*». É a idéia de totalidade que domina». A forma de alienação específica dessa estrutura de reciprocidade é o fechamento do círculo, do grupo ou da comunidade. Para Chabal (2005) “*é o grande perigo : pois há compartilhamento e mutualidade no interior do círculo e reciprocidade negativa no exterior, ou ainda, prática do intercâmbio, quer dizer, saída da reciprocidade*” (trad. minha).

Comercialização e reciprocidade

A venda dos produtos agropecuários não pode ser confundida apenas com o mercado de intercâmbio capitalista. Apesar dos processos de mercantilização capitalista, existem ainda mercados socialmente construídos que não são apenas regulados pelo intercâmbio. No Senegal, na Nova Caledônia, no Brasil, como na Europa, as feiras locais e os mercados de proximidade oferecem exemplos de produção e de mobilização do laço social, de sociabilidade, pelas relações direitas entre produtor-consumidor. Há, na idéia dos produtos territorialmente qualificados, um potencial de criação de territorialidades humanas, socioeconômicas e culturais, por meio de relações entre homens, territórios, produtos e identidades diferentes.

Existem assim várias alternativas, às vezes reunidas no termo de “economia solidária” que correspondem, em realidade a relações e a estruturas de reciprocidade:

- a venda direta na unidade de produção, nas feiras locais de produtores ou nas festas de produtos regionais, corresponde a relações de *reciprocidade bilateral* entre agricultores e consumidores.
- as cadeias curtas controladas socialmente por grupos de produtores ou cooperativas de consumidores, representam estruturas de *reciprocidade bilateral* produzindo *amizade e confiança*.
- quando a relação direta pelo encontro físico entre produtor e comprador não é possível, existe a intermediação qualificada ou corretagem. Ela mantém uma relação de *reciprocidade ternária* por meio do interconhecimento, do efeito rede e da informação sobre a qualidade do produto. Tal estrutura produz *confiança, responsabilidade e reputação* (do produtor como do intermediário).

Todo processo de qualificação dos produtos que garante a origem (o nome do produtor), a especificidade, um processo ou normas de qualidade de um produto, contribui para reduzir os

efeitos da concorrência e da especulação do mercado capitalista (Bom Konde, 2003). Mas, é importante entender que ela depende da identificação ou da construção de relações de reciprocidade. A partir do momento que o nome do produtor (ou da empresa ou da localidade) está em jogo, são essas relações de reciprocidade que produzem valores como a reputação, a honra e a responsabilidade. E são esses valores humanos que garantem a legitimidade e a autoridade do processo de certificação das normas de qualidade ou de origem. As empresas capitalistas descobriram essa função e se apressaram de ocupá-la, contra remuneração, para transformá-lo num serviço mercantil. De fato, cria-se uma territorialidade de reciprocidade em torno de um produto específico. Porém, como no caso da empresa de economia solidária, fora desse grupo de produtores ou até para comercializar seus outros produtos, impera a regra do intercâmbio capitalista. Por isso, com o processo de qualificação centrífuga, recorre-se a mecanismos de certificação, para recolocar uma produção de reciprocidade no sistema de intercâmbio. Mas todas as possibilidades da qualificação não foram ainda exploradas. Temple (2003) propõe radicalizar o processo por meio da qualificação pessoalizada (sob o nome de Marcelo Vilar somente se pode produzir Marcelo Vilar). *“Ninguém pode competir com uma produção única cujo valor intrínseco é, potencialmente, infinito... Simbólico ou prosaico, o valor será maior tanto quanto o produto será mais qualificado e não precisa de controle da qualidade por uma competência externa àquela da produção, pois a qualidade é inerente à estrutura de produção”* (Temple, 2003). Ele opõe a emulação para melhorar a qualidade à concorrência para acumular lucros.

O comércio solidário ou justo constitui uma variante: propõe, na base de valores humanos de equidade e de justiça, uma remuneração privilegiada, na falta de uma relação humana direta entre produtores e consumidores. No entanto, as distancias e a procura da eficiência, levam, muitas vezes, ao uso dos mesmos sistemas de intermediação que àqueles das comodidades do livre câmbio, o que reduz ou compromete a possibilidade de estabelecer relações de reciprocidade capazes de produzir valores humanos (Le Velly, 2004).

Temple (2001, 2004), a partir da análise dos mercados africanos e andinos propõe a noção de ***mercado de reciprocidade*** (ver Guingane, 2001; Bazabana, 2005). As prestações recíprocas entre fregueses não são estabelecidas pela relação entre oferta e demanda, mas pelas necessidades mútuas e são medidas por equivalências (geralmente de volume, de quantidade), traduzidas ou não em valor monetário. *“Trata-se de uma estrutura elementar na qual o compartilhamento dá lugar à reciprocidade generalizada, cada um dando a alguns parceiros aliados e recebendo de outros ... Como o que se deve e pode ser dado a cada um varia de uma comunidade a outra, as equivalências de reciprocidade variam também, mas as comunidades tendem a estabelecer a reciprocidade entre elas. Os equivalentes de reciprocidade mais comuns se tornam logo referências : são as moedas de reciprocidade (búzios e nozes de cola na África, moedas rituais na Oceania”* (trad minha). Nessa estrutura de reciprocidade generalizada, prevalece a geração do valor de responsabilidade e do valor de justiça.

Reciprocidade e redistribuição pelas políticas públicas

Nos países da União Européia (UE), a forma contratual atrelada às medidas agro-ambientais e aos Contratos de Exploração Territorial (CTE) na França poderia passar por uma relação de intercâmbio mercantil, os agricultores sendo remunerados pelos serviços ambientais. Em realidade as regras e os montantes pagos dependem da construção de acordos coletivos entre todos os atores envolvidos no programa e não do mercado de intercâmbio. Existem negociações entre agricultores prestadores de serviços, o Estado e várias associações que representam a sociedade civil. Essa negociação não segue as leis do mercado de intercâmbio, os valores dos serviços são construídos coletivamente, fazendo referência, não apenas aos custos de produção,

mas a valores locais; portanto não resultam de um confronto livre entre oferta e demanda (Barthélémy et al, 2004).

A política de modernização da agricultura francesa, por se só, não impediu a manutenção das relações de ajuda mútua, até chegou a provocar a sua ampliação, como o mostra o exemplo das Cooperativas de Uso em Comum de Material Agrícola (CUMA).

Na região do Poitou na França a ajuda mútua bilateral entre duas famílias camponesas é chamada de *coubiage*. Ela era indispensável entre pequenos camponeses para a colheita do trigo. A partir dos anos 1950 com a aquisição de máquina debulhadora a vapor, por meio de cooperativas de uso de equipamentos em comum, a debulha exigiu um mutirão do conjunto das famílias da comunidade. As chamadas “*batteries*” tornam-se os maiores mutirões e as maiores festas do fim da era camponesa nessa região da França. Foi o progresso tecnológico e a modernização institucional (cooperativa) que levaram à ampliação do círculo de reciprocidade e de compartilhamento de trabalho entre as famílias. O sistema desapareceu com a reforma fundiária que ampliou as parcelas permitindo a utilização de colheitadeiras auto-motrizes. Voltou-se então a forma de *coubiage* bilateral. Quando mais tarde, nos anos 80, uma nova inovação técnica apareceu, a silagem de forragem, os agricultores reativaram o mutirão ampliado (para dispor de vários tratores e carroças de maneira a aproveitar ao máximo da capacidade da máquina ensiladeira). Porém o mutirão funcionou sem a festa, os agricultores familiares modernos eram demasiado atarefados e as suas mulheres trabalhavam fora da unidade de produção. O mutirão funcionou para o interesse material de cada um, mas sem a redistribuição, sem banquete, sem produzir tanto vínculo social entre todas as famílias. Continuavam os mesmos agricultores familiares, as mesmas famílias, mas não existia mais sociedade camponesa, dominava o interesse pelo mercado capitalista.

Elementos de síntese: A característica comum dessas diversas transações e prestações econômicas é de não seguir as regras do intercâmbio capitalista.

Primeiro, essas prestações são caracterizadas como relações econômicas e não apenas sociais.

Segundo, adquirem uma qualificação positiva, e não apenas restritiva ou negativa, com relação ao modelo do intercâmbio mercantil. Terceiro, os resultados confirmam a validade atual das categorias da reciprocidade e da redistribuição propostas por Polanyi, junto com aquela do intercâmbio. Mas, os estudos mostram que nas sociedades rurais contemporâneas, essas categoriais coexistem em situações que podem ser qualificadas de mistas ou de híbridas. Porém, essa coexistência gera complementaridades ou oposições, no mínimo tensões, entre as lógicas sociais e políticas associadas aos diversos sistemas econômicos.

3. Discussão, ensinamentos e limites da proposta

O conjunto dos fenômenos e das relações econômicas não pode ser explicado apenas pelas leis do mercado de intercâmbio capitalista, nem pela procura do interesse individual para fins de acumulação privada. Isto foi verificado tanto nas sociedades rurais dos países do Sul (Polanyi *et al.*, 1957 ; Scott, 1976) como nas sociedades urbanas modernas do Ocidente (Caillé, Godbout, Anspach). Porém, o intercâmbio existe, funciona e resolve quantidade de problemas e de necessidades materiais nas nossas sociedades. Não deve ser ignorado, nem criticado a priori. Em realidade, na maioria das situações, constata-se a coexistência, em complementaridade ou em tensão ou até em contradição, de várias lógicas econômicas; digo econômicas e não apenas sociais ou culturais. Mas, a maioria das explicações alternativas não consegue reconhecer outros princípios econômicos fora aquele do intercâmbio, seja mediante a teoria standard, seja mediante suas variantes. Várias das teorias econômicas chamadas de heterodoxas fazem referências a herança de Polanyi, mas poucas chegam a reconhecer várias formas de economia.

Algumas teorias econômicas não standard

Neo-institucionalismo e análise socioeconômica das redes: A proposta neo-institucional (North, 1984) reconhece a importância das organizações e dos laços sociais, inclusive se reclamando de Polanyi (North, 1977), mas unicamente na medida que podem servir o projeto do intercâmbio liberal: facilitar o funcionamento do mercado capitalista torná-lo mais seguro é eficiente por meio dos contratos e da redução dos custos de transação. Williamson (1979), justifica as coordenações entre atores e a ação coletiva porque num contexto de incerteza melhora o nível de informação e reduz os custos de acesso ao mercado (informações, seguros, etc.). De um ponto de vista teórico ele se situa no marco clássico da economia de intercâmbio e do comportamento individualista da escolha racional.

Redes sociais e custos de transação: As redes sociais ou técnico-econômicas (Callon, 1991, 1999) vêm sendo mobilizadas pelo apoio a organização das relações. Nessas redes, as transações e prestações materiais aparecem « inseridas » nos costumes ou nas expressões culturais e simbólicas dos valores humanos. Como esses valores são gratuitos, eles contribuem, de fato, para a redução dos chamados custos de transação ou de organização, e por isto são reconhecidos pela nova economia institucional (Williamson, 1979). Mas, essa corrente não admite que esses valores devam ser constituídos. Não são naturalmente associados aos indivíduos como a cor dos olhos, ou aos grupos sociais, por alguma tradição transmitida pela cultura. A teoria dos custos de transação procura maximizar os lucros e a sua acumulação, não apresenta nenhuma alternativa a economia neoclássica. Porém, se justifica, redescobrimo o papel e o potencial econômico das relações humanas de sociabilidade primária (Caillé, 2001) e dos valores humanos fundamentais (Temple, 1997). Por suposto, todas as redes dependem de relações humanas construídas socialmente. Mas, cabe analisar qual é o objetivo principal das unidades de produção camponesa ou das pequenas empresas familiares que constituem essas redes socioeconômicas? Geralmente, trata-se de satisfazer as necessidades das suas famílias e da população local.

A opção por trabalhar em unidades familiares autônomas, interdependentes e organizadas em redes, pode vir, também, do desejo dos seus atores em manter e reproduzir um sistema de valor ético agregado, que vem informar acerca da natureza moral ou da natureza utilitarista do econômico. Em outros termos, será que essas redes funcionam apenas para realizar lucros ou também, para manter relações humanas com os outros e para participar de uma sociedade humana? Relevam de uma lógica de concorrência no intercâmbio para a acumulação de lucros privados ou participam de uma lógica de ampliação e generalização da reciprocidade associando o interesse por si ao interesse pelos outros? Da mesma maneira, como distinguir as formas de organização dos agricultores, destinadas a estratégias produtivas que levem em conta a qualidade do trabalho, dos produtos e a preservação dos recursos naturais, dos modos de organização aparentemente semelhantes, que encobertos pelo mesmo discurso sobre o desenvolvimento sustentável, estão promovendo, em primeiro lugar a realização de benefícios imediatos, para grupos dominantes e restritos?

A abordagem da economia das convenções e dos dispositivos cognitivos coletivos fundamentam-se nos princípios de justificação ou de representação comum que tentam explicar sistemas de práticas gerados por lógicas ou valores diferenciados, correspondendo a diferentes « mundos » (Favereau, 1994; Boltanski e Thévenot, 1991). O papel das convenções é analisado para tratar da passagem de um mundo de valores para outro ou das coordenações entre vários mundos. Para Favereau (1994) pode-se caracterizar a economia das convenções como uma síntese entre o enfoque neoclássico dos contratos e a hipótese de racionalidade limitada (H.Simon). A teoria das convenções privilegiava na origem as noções de normas sociais e de referências comuns para explicar os comportamentos não racionais dos atores (segundo o modelo neoclássico), e logo mobilizou os sistemas cognitivos e a governança. Eymard Duvernay

(2002) fala de uma síntese entre o enfoque da racionalidade e sistemas de valores. Mas ele tampouco explica a origem e a gênese desses sistemas valores.

A hipótese central é que "o acordo entre indivíduos mesmo limitado ao contrato do intercâmbio mercantil, não é possível sem um quadro comum, sem uma convenção constitutiva". Assim uma convenção pode ser definida como *"um sistema de expectativas recíprocas sobre as competências e os comportamentos, concebidos como óbvios e para serem óbvios (conçus comme allant de soi et pour aller de soi)*. É, também, *"uma organização social por meio da qual a comunidade de dota e uma referencia comum, produz uma representação coletiva exteriorizada que funda as antecipações individuais"* (Orléan, 1994). De fato, essas definições reivindicam as noções de reciprocidade e de identidade da antropologia, de normas ou de regras sociais da sociologia, mas usando termos diferentes. Mais grave: reconhecem a importância fundamental das relações recíprocas, das sua institucionalização em normas ou estruturas diferenciadas segundo as expressões das identidades coletivas (a diversidade das culturas e das representações sociais), mas sem reconhecer as características e os projetos humanos das comunidades e sociedades que desenvolvem tais relações. Porém, estas foram empiricamente verificadas: a tríplice obrigação de dar, receber e devolver por Mauss (1924), a existência de sistemas econômicos de reciprocidade e de redistribuição por Polanyi (1994), Levi-Strauss (1950) e Temple (1995) ou ainda a permanência das relações econômicas de reciprocidade nas sociedades modernas (Anspach, 2001, Godbout, 2000, 2004, Caillé, 2001, 2005).

Assim definida a convenção *« permite afastar, provisoriamente, as forças destrutivas da suspeita e da falta de confiança ou os comportamentos de "carona" (free-rider), trazendo uma promessa de solução ao problema de solução ao problema da coordenação das decisões entre agentes"* (Orlean, 1994). Requier-Desjardins (1997) define precisamente as convenções como *dispositivos de expectativa recíproca entre indivíduos que melhoram a eficiência cooperativa entre atores envolvidos*. Embora os convencionalistas redescobrem a essência das relações de reciprocidade - são esperadas entre atores engajados num projeto ou numa visão comum, permitem cooperar para esse projeto ou para compartilhar essa visão- apenas se interessam na sua eficiência para o funcionamento do intercâmbio. As convenções, com a sua notável adaptabilidade às mais diversas situações, oferecem uma ferramenta de diagnóstico mais completa que o enfoque neoclássico, mas não conseguem contestá-lo ou superá-lo, porque ficam na lógica da procura do interesse otimizado dos agentes econômicos. Por outra parte a abordagem convencionalista, enriquecida pelos aportes da racionalidade limitada, da teoria das organizações não propõem senão outra variante da inserção do econômico no social, mas sem se referir a Polanyi. Pois, nenhuma dessas escolas reconhece a existência de outra forma de economia fora aquela do intercâmbio mercantil. Portanto, afrontam dificuldades para se diferenciar do paradigma do modelo neoclássico e, de fato de um pensamento único, que elas mesmas denunciam.

Velho institucionalismo, antropologia, ciências políticas e economia solidária :

Historicamente pioneira e interdisciplinar a economia institucional (Veblen, Commons apud Kirat, 2001) teve o mérito de abrir pontes entre economia, direito, história, antropologia e geografia. Foi chamada de velho institucionalismo por conta da emergência do novo, que pouco aprofundo os fundamentos epistêmicos dos fundadores.

Os prolongamentos mais recentes do institucionalismo pioneiro, na fronteira com a antropologia (Douglas) ou com as ciências políticas (Ostrom) mobilizam os mecanismos de cognição, sob a forma das relações de parentesco ou de aliança e os processos de aprendizagem, em particular de aprendizagem das regras nos grandes grupos. Tal proposta foi desenvolvida por E Ostrom (1992) que identifica três modos complementares e não exclusivos de coordenação da ação coletiva: a delegação de poder e de responsabilidade, a aprendizagem de saberes e de regras e a capacidade de elaboração de novas regras.

Mais tarde, Ostrom (1998) reconheceu três normas sociais no coração da ação coletiva aplicada ao manejo compartilhado de recursos comuns: a confiança, a reciprocidade e a reputação. Mesmo se a reciprocidade é evocada no seu sentido restrito de norma e não de princípio antropológico, é interessante constatar que Douglas e Ostrom mobilizem variáveis explicativas que são valores humanos ou éticos: confiança, responsabilidade, solidariedade, reputação e prestígio para dar conta da regulação das relações sociais e econômicas produzindo ou garantindo estruturas de interesse coletivo ou geral, gerando bens comuns.

Para Temple (1998, 2004) esses valores universais, presentes em todas as civilizações mesmo se expressos por meio da diversidade das culturas, são essenciais para a gênese e para o futuro da humanidade, e são de fato, produzidos e reproduzidos pelas relações e estruturas de reciprocidade e de redistribuição. A redistribuição ampliada ou incondicional corresponde a uma estrutura de reciprocidade generalizada, de prestações ou de serviços como, por exemplo, a proteção social e a saúde pública sob o controle do Estado. Por outra parte, as formas de redistribuição a partir de um centro de poder constituem uma relação de reciprocidade centralizada (o rei e os seus sujeitos, o big chief, a autoridade religiosa, etc). Essa interpretação da redistribuição como uma extensão ou uma variante da reciprocidade, permite a Temple declinar uma possibilidade plural de figuras intermediárias, mediante uma relação dialética entre dois pólos ideais: o princípio do intercâmbio e o princípio de reciprocidade.

As análises mais recentes no marco da *corrente da economia solidária* levam para a mesma direção do ponto de vista do reconhecimento dos fatos, necessitando ajustamentos na interpretação a partir das categorias de Polanyi (Servet, 2003)

Roustang (2003) lembra que a economia solidária cobra o reconhecimento da reciprocidade como modo de alocação dos recursos ao lado do intercâmbio mercantil e do sistema de redistribuição. Fraisse (2003) completa « *falar de espaço público implica primeiro num espaço de palavra, comum e fundado numa relação de reciprocidade, condição de um reconhecimento mútuo dos pontos de vista e constitutiva de um laço de confiança entre as diferentes partes envolvidas nos empreendimentos econômicos solidários : usuários, assalariados, benévolos, »*.

Roustang reconhece que atrás do princípio de reciprocidade e redistribuição, aparece a idéia da construção das necessidades sociais e que a organização da produção, -diria também, da comercialização ou distribuição - *passem por uma forma mais ou menos codificada de reconhecimento, de deliberação entre atores*⁷.

De fato há uma necessidade de esclarecimentos das terminologias, devida ao abuso da oposição entre as expressões “economia mercantil ou economia monetária de um lado e economia não mercantil, intercâmbio de reciprocidade” do outro.

Algumas dificuldades conceptuais das categorias da economia (solidária ou clássica)

Precisa justificar esse deslocamento da relação entre “mercantil/não-mercantil” para a relação entre as categorias “intercâmbio / reciprocidade”.

A primeira razão é lógica, pois a definição negativa do mercantil não oferece nenhuma alternativa para nos extrair do pensamento único em matéria de economia política. Apenas ajuda, e ainda pouco, para explicar que todas as transações econômicas não correspondem ao modelo único do mercado “auto-regulado”. Mas para os economistas, o não mercantil é o que ainda não foi objeto de mercado, como mostram o uso das noções de produções acopladas (*joint production*), de externalidades e amenidades e, atrás desse jogo de palavras, a pretensão de que mercados de direitos (de poluição ou de emissão de CO₂), possam contribuir para resolver a degradação ambiental.

⁷ « no caso das iniciativas solidárias existe a idéia de que a construção das necessidades sociais, a organização da produção, passem por uma forma mais ou menos codificada de deliberação, de reconhecimentos entre atores » que se diferencia tanto de uma relação de concorrência regulada pelos preços ou de uma redistribuição de tipo administrativo”

A segunda razão é histórica e antropológica, já que Polanyi (1944) e os seus colegas (1975), mas também, Bohannan e Dalton (1965), Good (1973) têm demonstrado que existiam, em particular na África, mercados pré-capitalistas, que não respondiam ao princípio do intercâmbio. Ainda existem hoje mercados dominados pelo princípio econômico de reciprocidade (ver os exemplos de *mercados de reciprocidade* de Temple (2004) na África e nos Andes). Verificamos a existência de sistemas mistos, associando intercâmbio e reciprocidade nos mercados de proximidade da Nova Caledônia (Sabourin *et al*, 2002). Seria, portanto, incorreto qualificar todas as formas de alocação de recursos que não correspondem ao intercâmbio mercantil capitalista, de não mercantis.

O intercâmbio mercantil caracteriza-se pela procura de uma igualdade nas prestações, uma simetria, assegurada pela criação do preço (fundado na relação entre oferta e demanda, para valores materiais e valores de uso). Os mercados de reciprocidade ou mistos funcionam com outras equivalências: medidas de volume, equivalências específicas entre produtos específicos ou moedas rituais e cerimoniais (i. e., a moeda costumeira Kanak na Nova Caledônia).

Terceiro, além do caso dos mercados de reciprocidade nas sociedades agrárias, existem prestações mercantis realizadas no marco de práticas comerciais regidas por regras de reciprocidade, inclusive na indústria ou nas relações internacionais. É o caso dos preços compensatórios Norte-Sul ou entre os países da zona de Acordos Comerciais Preferenciais e a União Européia, ou ainda dos sistemas de quotas e de “direitos de produção”, a nível nacional ou internacional, regulados pelo GATT ou pela OMC (Barthélémy, 1999). Essas preferências comunitárias ou formas de compensação e de proteção correspondem a uma limitação do princípio da livre concorrência e são sempre justificados por valores humanos universais: justiça, equidade ou amizade entre povos. Quer dizer que quando se pretende priorizar os valores humanos, até ao nível geopolítico ou ao nível do comércio industrial internacional, tem que contornar ou negar as regras do intercâmbio e propor normas de reciprocidade.

Quarto, da mesma maneira, existem dádivas que implicam prestações monetárias que não relevam do mercado de intercâmbio (doações ou heranças, por exemplo) (Faugères, 2000, Testart, 2001, Chantelat, 2002). Portanto, a noção de economia monetária utilizada pelos trabalhos sobre economia solidária, não ajuda tampouco a explicitar as diferenças entre prestações mercantis ou não mercantis.

Finalmente, a não ser o caráter prático das categorias “mercantil e não mercantil” como passarelas entre disciplinas das ciências sociais, essa dicotomia apresenta serias limitações, pois não funciona ou não explica nada de essencial.

Portanto, a teoria da reciprocidade permite interpretar o sentido social e a lógica econômica construídos pelas comunidades humanas ao longo da história, atrás de prestações que, de maneira às vezes, imperceptível, passaram a serem naturalizadas como relações de troca, por conta do peso da racionalidade do intercâmbio capitalista. Porém, o capitalismo não se determina em função de valores humanos ou de um projeto mais justo para a humanidade.

Limites e perspectivas da teoria da reciprocidade

De fato, nas sociedades rurais atuais, diferentemente das sociedades humanas das origens, encontramos situações mistas. O sistema do intercâmbio tem sido imposto progressivamente, chegando a se sobrepor e a ocultar ou a paralisar as práticas de reciprocidade. Isto dificulta o trabalho de análise. Por exemplo, as formas de reciprocidade bilateral ou simétrica são geralmente interpretadas como intercâmbios recíprocos ou trocas mútuas. As normas de reciprocidade ternária entre gerações são assimiladas aos interesses dos doadores (o seguro de vida das sociedades rurais). As formas de redistribuição pelo Estado (previdência social e aposentadoria) são interpretadas apenas pelo seu lado monetário como compensações, ganhos

sociais ou complemento de salário, enquanto constituem as mais importantes, e talvez, as últimas, formas de reciprocidade centralizada generalizada nas nossas sociedades modernas. Mas, ampliando o leque de análise da reciprocidade, podemos encontrar também, a estrutura de “compartilhamento”, atrás de políticas públicas de redistribuição social.

Além das confusões de conceitos e vocabulários entre disciplinas, existem confusões herdadas ou impostas pelo poder da academia (cf Lévi-Strauss sobre reciprocidade e intercâmbio⁸), ou abusos de noções polissêmicas como capital social, desenvolvimento sustentável ou economia solidária, etc. Nessas condições epistemológicas o método para diferenciar as prestações reguladas pelo princípio da reciprocidade daquelas governadas pelo intercâmbio, consiste em procurar identificar as polarizações econômicas das relações sociais, os valores produzidos e as estruturas de base que garantem a reprodução dessas relações e dos valores humanos.

Por outra parte, a diferenciação entre as duas lógicas, a identificação, a caracterização e a avaliação das relações e estruturas de reciprocidade e de dádiva constituem um precedente indispensável para a sua crítica. Pois, existem formas de alienação específicas aos processos de dádiva e de reciprocidade (reciprocidade negativa), que precisam ser criticadas e analisadas pelos atores políticos e pelos pensadores das sociedades do Sul, onde esses princípios continuam regulando uma parte importante das relações socioeconômicas. Como o lembra Temple (1983), falta, ainda, um ou vários “Karl Marx” para fazer a crítica às formas de alienação dos sistemas de reciprocidade, da mesma maneira que Marx empreendeu a crítica à alienação do sistema capitalista.

Os fatos e exemplos observados nas diversas sociedades rurais confirmam a diferença e até a contradição dialética entre a lógica econômica da reciprocidade e aquela do livre-câmbio. Cada uma dessas lógicas pode ser verificada na realidade. Portanto, as duas podem se prevalecer de vantagens respectivas e, sobretudo de precedentes, alguns sendo, provavelmente, irreversíveis. Nosso propósito não é, obviamente, negar esta realidade ou propor um retorno as formas originais da economia. De fato, hoje, em termos de desenvolvimento, não se trata de reivindicar a exclusividade de uma dialética ou de outra, mas sim, de chamar para uma dupla referência. Como sublinha Temple (1997), o reconhecimento político e público da economia de reciprocidade, permitiria traçar uma interface de sistema e abrir um debate entre os partidários de uma ou outra lógica para tratar da natureza das organizações, da delegação do poder, das normas e dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e dos recursos naturais. Em outras palavras, para enriquecer o debate sobre o possível e sobre as ferramentas adaptadas em matéria de sustentabilidade da agricultura e do planeta.

Tal debate permitiria, também, discutir os valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social. Enquanto a economia política reconhece uma só lógica econômica, a do livre-câmbio (mesmo disfarçada em diversas escolas ou teorias econômicas) continuará o reino do pensamento único.

Os exemplos nos vêm da Bolívia, onde Medina (1997) e Michaux (2002, 2004) desenvolveram trabalhos que além do mérito de colocar ao mesmo tempo a questão da complementaridade e da contradição entre os princípios econômicos de reciprocidade e de intercâmbio, conseguiram inscrever essa teoria na constituição nacional e oferecer as comunidades locais e ao poderes regionais a opção entre um sistema ou outro (Lei de Participación Popular, 2001)

« (...) Pensar la economía como la complementariedad del principio de intercambio y el principio de reciprocidad, va a permitir a la humanidad del siglo XXI volver a introducir los valores en las políticas económicas públicas, tanto locales como globales. No podemos seguir poniendo parches a un modelo económico unidimensional que encima, no funciona en las sociedades no occidentales del Tercer mundo, justamente porque ellas nunca cedieron a la tentación luciferina de desterrar los valores y la afectividad de las relaciones interhumanas y de sus relaciones con la naturaleza. (...)».

⁸ Lévi-Strauss (1947) trata da *reciprocidade direta* (ou *bilateral*) com o termo de *intercâmbio restrito ou simétrico* (casamento com a prima cruzada bilateral) e da *reciprocidade indireta*, com o termo de *intercâmbio generalizado ou assimétrico*.

Conclusão

A diferença entre a análise de Polanyi e aquela do princípio econômico de reciprocidade proposta por Temple, reside na origem dos valores humanos ou éticos que orientam as prestações. Polanyi e seus seguidores inserem os valores éticos no domínio da competência privada ou nos fatos culturais que não tem a ver - ou muito pouco - com a economia. Para Temple as estruturas de reciprocidade são estruturas econômicas e produzem valores de uso e valores humanos: a amizade entre próximos, a responsabilidade entre gerações e perante os recursos naturais, a justiça e a equidade nos modos de redistribuição.

Na tese que defendemos, esses valores humanos não são dados culturalmente ou socialmente inseridos nas estruturas simbólicas e nas representações; são, ao contrário, construídos e reproduzidos pelas relações humanas constituídas em estruturas de reciprocidade. Um dos aspectos mais graves da confusão realizadas pelas escolas econômicas heterodoxas (neo-institucionalismo e convenções) entre essas lógicas - mesmo tratando-se de categorias teóricas - é, sem dúvida, o fato de justificar a mobilização de processos sociais baseados nos valores humanos das comunidades (aqui rurais), para favorecer, principalmente, o desenvolvimento da economia neoliberal de intercâmbio capitalista.

Existe, portanto, um movimento dialético entre a abstração econômica pelo intercâmbio mercantil e a identificação econômica e social pelas estruturas de reciprocidade.

Intercâmbio e reciprocidade constituem assim dois modelos teóricos, correspondem a dois princípios econômicos que coexistem na maioria das sociedades rurais, gerando ou complementaridade ou, mais frequentemente, tensões e contradições.

A relações e estruturas de reciprocidade têm conseguido, mesmo se ignoradas ou mascaradas e apesar da dominação do sistema de intercâmbio capitalista, assegurar a sobrevivência material da maioria das populações rurais e, sobretudo, a manter nas nossas sociedades, um mínimo de valores éticos. Num outro plano, trata se, também de escolher entre privilegiar apenas a produção e apropriação de valores materiais de uso e de troca, ou a produção conjunta entre valores de uso, de mercado e valores humanos comuns.

Bibliografia

- ANSPACH Marc Roger, 2001. *A charge de revanche. Figures élémentaires de la réciprocité*, Paris, Le Seuil, 142p
- BARTHELEMY Denis 1999, Droits à produire, patrimoine d'entreprise et patrimoine paysan. Les droits à produire, entre valeur et non-valeur. *Revue de Droit Rural*, 270 : 98-104.
- BARTHELEMY Denis 2003, La multifonctionnalité agricole comme relation entre fonctions marchandes et non marchandes, *Les Cahiers de la multifonctionnalité*, n°2, pp 95-99
- BARTHELEMY, D., NIEDDU, M., VIVIEN, F.D., 2005, Encastrément, valeurs d'abstraction du marché et valeurs de socialité, in SABOURIN, E., ANTONA, M., (dir.), *Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans les processus d'action collective*, .La petite bibliothèque du Mauss, MAUSS, pp.83-97
- BAZABANA Magloire. 2005 L'entreprise de réciprocité : Eléments de réflexion sur l'entreprise en Afrique. Entre classicisme, réciprocité et responsabilité In <http://afrique.cauris.free.fr/> acesso em 10-10-2004
- BLAIS Michel 1980. *L'échelle des valeurs humaines*, Montréal, Fides, 216 p.
- BOHANNAN Paul; DALTON, Georges (eds). [1962] (1965) *Markets in Africa*, London, Anchor Books, Evanstone: Northwestern. University Press.332p.
- BOLTANSKI Luc, THEVENOT Laurent, 1991. *De la justification : les économies de la grandeur* Paris, France: Gallimard, 485p.
- BOM KONDE Paul 2003 Le traitement de la qualité agroalimentaire et questionnements. Conférence au Cauris, octobre 2003, In <http://afrique.cauris.free.fr/> acesso em 12-12-2004
- BOURDIEU, Pierre. 1994 *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris, Le seuil, 248p.

- CAILLE Alain. 2005 *Dé-penser l'économie, contre le fatalisme*. Paris : La découverte, MAUSS, 310p.
- CAILLE Alain. 2001 *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*. Paris, Desclée de Brouwer, 277p.
- CALLON, Michel. 1991 Réseaux technico-économiques et irréversibilités in. Boyer, B. et al. (ed.) *Les figures de l'irréversibilité en économie*. Paris: EHESS, pp 195-232
- CALLON Michel 1999 Actor-network theory – the market test 181-195, in *Actor Network Theory and after John Law and John Hassard*, 1999, Copyright, pp. 1-253.
- CHABAL Mireille 2005 Les structures élémentaires de réciprocité, conférence in Cauris <http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html> Acesso le 20/09/2005
- CHANTELAT Pascal, 2002. La Nouvelle Sociologie Economique et le lien marchand : des relations personnelles à l'impersonnalité des relations. *Revue Française de Sociologie*, 43-3, 521-556.
- EME Bernard., FAVREAU Laurent, LAVILLE Jean Louis ; VAILLANCOURT Yves (dir) 1996 *Société civile, Etat et Economie Plurielle*, Montréal : CRISES, Paris : CRIDA-LSCI, 325p.
- EME Bernard, 2002 intervention au DESS Développement Local et Economie Solidaire Université Lumière Lyon 2 (2002/2003)
- EME Bernard, Laville, Jean Louis. 1996 Economie plurielle, économie solidaire in *Revue du Mauss* n° 7 1er semestre 1996
- EYMARD-DUVERNAY François., 2002. *Pour un programme d'économie institutionnaliste*, *Revue économique*, Vol. 53, n°2.
- FAVEREAU Olivier, 1994. La lettre de la régulation n°12, octobre 1994
- FAUGERES Elsa 2000 Transactions monétaires en Pays Kanak. *Genèses, Sciences sociales et histoire*, 41, pp 41-62
- FRAISSE L 2003 *Économie solidaire et démocratisation de l'économie*, « Espaces publics de proximité, économie solidaire et démocratisation de l'économie ». in *Hermès* n°36
- GODBOUT Jacques, 2000. *Le don, la dette et l'identité*, La Découverte/MAUSS, Paris, 190p.
- GODBOUT Jacques, 2004. De la continuité du don, *La Revue du MAUSS*, 23 (1): 224-241
- GOOD, Charles M 1973 Markets in Africa. A review of research themes and the question of market origins, *Cahiers d'études africaines*, 52,
- GROUPE POLANYI (Barthélémy Denis ed) 2004 La multifonctionnalité agricole comme relation entre fonctions marchandes et non marchandes, *Les Cahiers de la multifonctionnalité*, n°6, pp 121-130
- GROUPE POLANYI, 2006 L'agriculture entre marchandisation et identification. La multifonctionnalité de l'agriculture, une dialectique du marchand et du non marchand, Paris, Editions Quae, no prelo
- GUINGANE Jean Pierre. 2001. Le marche africain comme espace de socialisation : Conférence de l'association Cauris. In <http://afrique.cauris.free.fr/> acesso em 12/12/2004
- KIRAT, Thierry 2001 Le pragmatisme, l'économie et l'intelligence des règles juridiques : leçons de la méthode institutionnaliste de J.R. Commons, *Revue interdisciplinaire d'études juridiques*, n° 47, pp 1-22
- LAVILLE Jean-Louis (dir), (1994) *L'économie solidaire, une perspective internationale*, Paris : Desclée de Brouwer.
- LAVILLE Jean-Louis. 2002. Economia solidária, a perspectiva européia in *Sociedade e Estado* n°16, vol 1-2, Brasília, pp 57-99.
- LE VELLY, Ronan 2002, La notion d'encastrement : une sociologie des échanges marchands, *Sociologie du travail*, 44, pp. 37-53
- LEVI-STRAUSS Claude [1947] 1967, Les structures élémentaires de la parenté, chap. XXVII les cycles de la réciprocité, La Haye, Mouton.
- LEVI-STRAUSS Claude [1950] 1977 Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss, in MAUSS M. *Sociologie et Anthropologie*, PUF, Paris, 482p. (7ème édition)

- MAGALHÃES Reginaldo. ; ABRAMOVAY Ricardo. 2005. A formação de um mercado de micro-finanças no sertão da Bahia in *XXIX Encontro anual da Anpocs*, Caxambu, 25-29/10/2005, GT 23
- MAUSS Marcel [1924] 1950 Essai sur le Don In: *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF,
- MERCOIRET Marie Rose, BOSCH PM, OUMAR BA C 2004 La multifonctionnalité agricole comme relations entre fonctions marchandes et non marchandes. Etude de cas Casamance-Sénégal. Montpellier, Cirad Tera, 50 p.
- MEDINA Javier, 1997 El pulso de la democracia : participación ciudadana y descentralización en Bolivia, La Paz: Nueva Sociedad.
- MICHAUX Jacqueline 2002. La loi de participation populaire en Bolivie. Conférence à l'association Cauris 5/7/02, <http://afrique.cauris.free.fr/participation.html> acesso 01-06-2005
- MICHAUX Jacqueline., LAYME Felix, TEMPLE Dominique, 2002. Las estructuras elementales de la reciprocidad, 2002, La Paz, Editorial TARI - Plural
- NORTH, Douglas .C. 1977, Marchés et systèmes économiques alternatifs dans l'histoire : le défi de Karl Polanyi. *La Revue du Mauss*, 2e sem, 1977 : 51-64.
- NORTH, Douglas C 1984 Transaction costs, institutions and economic history, *Journal of institutional and theoretical history*, 140, 1: 7-17.
- ORLEAN Andre., 1994. *Analyse Economique des Conventions* PUF, Paris, 340 p.
- OSTROM Elinor 1998 A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action, *American Political Science Review* 92:1-22.
- OSTROM Elinor 1994 Constituting social capital and collective action in *Journal of Theoretical politics* 6 (4): 527-562
- POLANYI Karl [1944] 1980.. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980, 306p. ed or. The Great Transformation, Beacon Press, Boston.
- POLANYI Karl 1957. "The Economy as Instituted Process". In "Trade and markets in The Early Empires Economies in History and Theory", Polanyi, K., Arensberg C., Pearson H. W. (eds.), The Free Press, Clencoe, pp. 29-51. Ed francesa: *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*. Paris, Larousse. 348 p.
- POLANYI Karl 1975. *The Livelihood of Man*, ed. by PEARSON H. W. New York, Academic Press, Inc. 1994) El sustento del hombre, Barcelona, Mondadori,
- REPUBLICA DE BOLIVIA, Lei N° 1551 de Participación Popular, 2001
- REQUIER-DESJARDIN Denis 1997. Marché, organisations, «équilibre de règles»: proposition pour une méthodologie d'approche des agro-industries rurales dans les pays en voie de développement. In *Petites entreprises et grands enjeux, le développement agroalimentaire local*, Muchnik & Lopez (eds.) Montpellier, Paris, France : L'Harmattan, 1997, pp 149-160.
- RICÉUR Paul. 1990 Soi même comme un autre, Paris, Seuil, 425p.
- ROUSTANG Guy. 2003. Volatilité ou pérennité des innovations sociales de l'économie solidaire. In 3^{ème} Rencontres du Réseau Interuniversitaire d'Economie sociale et solidaire Toulouse Le Mirail, 5/03/03
- SABOURIN Eric, 2006 Multifonctionnalité des dispositifs collectifs des paysans du Nordeste chapitre in *L'agriculture entre marchandisation et identification. La multifonctionnalité de l'agriculture, une dialectique du marchand et du non marchand*. Groupe Polanyi (org), Paris, Editions Quae, no prelo
- SABOURIN Eric 2005a Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans les processus d'action collective in *Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans l'action collective*, Sabourin et Antona (Dir) Paris, CIRAD et Petite Bibliothèque du MAUSS, 13-39
- SABOURIN Eric 2005b Organização dos agricultores e produção de valores humanos in VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, SBS, 1-3 juin 2005
- SABOURIN Eric 2004, Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo*, v 7 : 75-104

- SABOURIN Eric 2003, Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa In *Camponeses do Sertão. As mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*, Caron P, Sabourin E (eds) Brasília, Embrapa-Sct, Cirad, 2003, 145-178.
- SABOURIN Eric 2001. Reciprocidad e intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroca (Bahía, Brasil) *Revista Ibero americana de Autogestión y Acción Comunal*, 35-36-37 : 101-112
- SABOURIN Eric 2000 Peasant reciprocity practises in Brazilian Northeast rural communities and recognition of agriculture multifunctionality *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, 1-4 /08/2000, 15p.
- SABOURIN Eric TYUIENON, Raymond, DJAMA Marcel, 2002, Dynamique des marchés de proximité en Province Nord de Nouvelle Calédonie, Pouembout, IAC-SRDL 02/2002, 60p. et annexes.
- SCOTT James, 1976. *The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven and London, Yale University Press.
- SERVET Jean-Michel 2003 Economie solidaire, in Dictionnaire des institutions économiques contemporaines *Dictionnaire des institutions économiques contemporaines* www.univ-tlse2.fr/cerises/download/redirec.php?id=115 –
- SOURISSEAU Jean Michel, MOURIDI Bina, BURNOD Perrine, BONNAL Philippe, LOSCH Bruno (2004) Le monde agricole mahorais, une lecture par l’articulation de relations marchandes et non marchandes. Cirad Tera, Mamoudzou, Montpellier, 43 p.
- TEMPLE Dominique 1997. L’économie humaine in *La revue du MAUSS* n°10, (1) 1997 :103-109
- TEMPLE Dominique 1998. Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12, (2) : 234-242,
- TEMPLE Dominique 2003. Séminaire Cauris sur la qualité agroalimentaire, <http://afrique.cauris.free.fr/>
- TEMPLE Dominique 2004. "El mercado de reciprocidad positiva", in *Teoria de la Reciprocidad, tomo II : La economía de reciprocidad*, pp. 376-392, PADEP-GTZ , La Paz, Bolivia
- TEMPLE Dominique 2004 Séminaire sur la Réciprocité in : <http://dominique.temple.chez.tiscali.fr>, acesso 30/04/05
- TEMPLE Dominique; CHABAL, Mireille 1995 *La réciprocité et la naissance des valeurs humaines*. Paris, L'Harmattan, 263p.
- TESTART Alain 2001 Echange marchand, échange non marchand, *Revue Française de Sociologie*, 42-4 : pp 719-748
- WILLIAMSON, Oliver. E., 1979. Transaction Cost Economics. The governance of Contractual relations», *The Journal of Law and Economics*, 22 : 223-261. October 1979.